

VIOLÊNCIA E CONFLITO NAS GRANDES CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Gilberto Velho*

I - A sociedade contemporânea vive, permanentemente, situações de risco e ameaça de violência. Seja por conflito militar declarado, por ações terroristas, por conflagrações sociais ou pelo crescimento das mais variadas formas de criminalidade, não há, praticamente, país ou cidade hoje que possa se considerar protegido ou imune a ações violentas que põem sob iminente risco seus cidadãos e habitantes em geral.

* Professor titular de Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

O aumento das riquezas e do desenvolvimento econômico dos países centrais é acompanhado por terrível desigualdade, tanto entre os Estados-Nações, como mesmo internamente, em boa parte das sociedades mais prósperas e, aparentemente, mais consolidadas em suas instituições políticas. As grandes cidades e suas regiões metropolitanas têm se apresentado como a expressão mais aguda e complexa dessa problemática, em que se misturam riqueza, desigualdade, progresso tecnológico, analfabetismo, desemprego, ressentimento, tensão social e conflitos de toda ordem. Certamente, o panorama não é homogêneo e as situações são altamente diferenciadas, em função das histórias e características das sociedades e áreas culturais específicas. Na Índia, por exemplo, a violência criminosa do dia-a-dia pode ser bem menos evidente e ameaçadora do que os conflitos religiosos entre hinduístas e muçulmanos, associados ao confronto e competição entre esse país e o Paquistão. Enquanto isso, na Colômbia, é, muitas vezes, difícil distinguir conflitos políticos de banditismo, em suas diferentes formas e combinações.

Sem dúvida, existem algumas situações nacionais e áreas urbanas em que um relativo equilíbrio social, aliado a sistemas de segurança pública mais sofisticados e eficientes, mantêm suas populações, em princípio, menos expostas a erupções de violência, embora, mesmo lugares tradicionalmente identificados com uma imagem de paz e tranqüilidade, já tenham sido expostos e vítimas, com maior ou menor impacto, de ações indiscutivelmente violentas. Não se trata de idealizar um passado mais pacífico e com menos conflitos. A história da humanidade é, em grande parte, constituída por uma dimensão de conflito e violência. Por outro lado, também, desenvolveram-se, ao longo do tempo, com idas e vindas, tendências e mecanismos de valorização de uma visão humanista-pacifista, na trilha de tradições religiosas e filosóficas associadas à busca de civilidade, solidariedade e valorização do diálogo. Constata-se, portanto, a permanente e forte tensão entre essas aspirações de civilidade pacifista e as motivações guerreiras, bélicas, apoiadas na concepção de que o fim justifica os meios, apresentando-se historicamente sob variadas roupagens, entre as quais destacam-se as políticas e religiosas.

É inegável, por outro lado, que podemos registrar características e padrões mais contemporâneos, ligados às grandes transformações da chamada modernidade, afetando, de modo inédito, as mais diferentes sociedades e culturas. Um dos fatos novos da sociedade

moderno-contemporânea que tem se intensificado, em função, sobretudo, dos avanços tecnológicos e da chamada globalização, é a velocidade da circulação de informações que atinge todo o planeta. Certamente, desde, pelo menos, a Guerra do Vietnã, através da televisão, grande parte da população mundial passou a assistir, muitas vezes ao vivo, cenas de destruição, morte e confrontos, freqüentemente, com imagens chocantes e explícitas. Pessoas mortas ou sendo mortas, gravemente feridas, ensangüentadas, mutiladas, em sofrimento, aparecem nas telas mundo a fora, fazendo com que os atentados na Palestina e em Israel, os combates no Iraque, na Cachemira e na Colômbia, as ações terroristas em geral sejam exibidas para os lugares mais remotos e afastados dos eventos originais. Os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e o mais recente de Madrid são exemplares dessa galeria assustadora. As tentativas de restrição, controle ou censura podem tentar diluir ou amenizar as atrocidades, mas, de qualquer forma, divulgam e informam, muitas vezes com detalhes horripilantes, as histórias trágicas, com suas vítimas e responsáveis. Não há dúvida de que a comunicação de massa contemporânea, particularmente a televisão, tenha um papel crucial na divulgação de notícias e fatos de potencial interesse para boa parte da humanidade. O mesmo pode se dizer da Internet, com seus múltiplos desdobramentos e inovações tecnológicas, incluindo-se aí o disseminado uso de imagens. Pode-se valorizar essas novidades, sublinhando o fortalecimento e a expansão de um tipo social que A. Schutz denominou de “well informed citizen” (SCHUTZ, 1976). Neste caso, poder-se-ia estar contribuindo para o fortalecimento da democracia no mundo, ao tornar disponíveis informações para setores cada vez mais amplos da sociedade internacional e para a opinião pública propriamente dita, tornando-os mais críticos e aptos a fazer julgamentos e tomar decisões. O outro lado da questão, de que não se pode fugir, é indagar sobre os critérios que presidem as escolhas e decisões sobre o que pode ou não ser mostrado e divulgado, expressão clara de um jogo de poder. Vale insistir também, com todas as edições, cortes e intervenções, que essa divulgação, nas dimensões em que ocorre, pode estar contribuindo fortemente para uma “banalização do mal”. No início do século XX, G. Simmel chamava a atenção de que o excesso e intensidade de estímulos das metrópoles, já na sua época, contribuía para o desenvolvimento do que se denominou “atitude blasé”, como um misto de auto-preservação e indiferença (SIMMEL, 1971). Trata-se, portanto, de investigar não só a natureza das informações difundidas, mas, sobretudo,

procurar compreender os mecanismos de recepção e o significado atribuído a essas por diferentes públicos e categorias sociais.

II - As grandes cidades brasileiras contemporâneas, particularmente as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, apresentam atualmente um quadro não só de grande tensão social, mas de verdadeira conflagração, com episódios violentos sucedendo-se num fluxo ininterrupto. A leitura de um grande jornal carioca num dos últimos fins de semana relatava, entre outras notícias, o assassinato de dois policiais militares na manhã de sábado, perto do estádio do Maracanã, metralhados por um grupo de bandidos. Outro policial havia sido assassinado em Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara. Havia uma matéria sobre a execução de um administrador de uma empresa de seguros num “bairro de classe média” do Rio de Janeiro. Anunciava-se a prisão de um grupo de assaltantes de residências que atuava há anos na zona sul da cidade. Havia um início de rebelião em um presídio na área central, com algumas fugas e mortos e feridos na troca de tiros entre policiais e bandidos. Também noticiava-se a execução de três jovens favelados, um menor de idade, numa operação policial na zona oeste da cidade. Outra matéria detalhava, ao lado das fotos das vítimas, a maneira pela qual dezenas de presidiários tinham sido mortos por uma facção criminosa numa grande rebelião ocorrida um mês antes. Eram narrados ali, com grande precisão, indícios de tortura e formas de execução, com requintes de crueldade. Além disso, havia diversas notícias sobre assaltos e roubos variados. Todo esse noticiário está em páginas próximas a outras que se dedicavam a acompanhar as campanhas e declarações de políticos, candidatos à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Todos estes estavam de acordo sobre a gravidade da situação da Segurança Pública. O atual prefeito responsabilizava, sobretudo, o governo estadual pela calamidade reinante, enquanto os outros candidatos, embora também criticassem, com exceção de um, o governo estadual, reclamavam das instituições federais e da gestão do atual prefeito, que estaria falhando no papel que poderia lhe caber diante da insegurança reinante na cidade. Não se trata de um dia atípico, pois todos os jornais cariocas e paulistas apresentam de segunda-feira a domingo noticiário comparável, com pequenas oscilações, em função de eventos mais escandalosos e de maior estrépito. O noticiário de televisão segue, com suas peculiaridades, o mesmo ritmo. Muitas vezes, as equipes de reportagem, como em cenários

de guerra, acompanham de perto confrontos entre a polícia e quadrilhas de bandidos, no meio de fogo cerrado e com vítimas se multiplicando à volta. Os números são chocantes e espantosos. A socióloga Julita Lemgruber, uma das profissionais que mais tem se dedicado ao estudo da temática da violência no Brasil, contou-me, em comunicação pessoal, que, ao apresentar seus dados sobre mortes de pessoas em confronto com a polícia, em palestras que proferiu na Europa e nos Estados Unidos, defrontou-se com o espanto, e mesmo descrença, por parte dos públicos, quando informava que em apenas um ano, 2003, mais de mil e duzentos indivíduos foram mortos pela ação policial, num total de mais de seis mil homicídios, só no Rio de Janeiro. Portanto, é patente que a dimensão da violência na sociedade brasileira contemporânea expressa uma situação limite em termos mundiais, por sua dimensão e gravidade.

Na sociedade brasileira tradicional, em que a desigualdade e a exploração, sem dúvida, existiam sob as mais diferentes formas, como, por exemplo, através da escravidão, de algum modo identificava-se um sistema de reciprocidade. A patronagem possibilitava a existência de expectativas culturais compartilhadas. Isso permitia a classificação, por exemplo, das figuras do “bom” e do “mau” patrão. O “bom patrão” era aquele que cumpria as expectativas básicas, associadas a uma noção de justiça. Enquanto o “mau patrão” era um explorador sem limites, “desumano”, o “bom patrão” preocupava-se, protegia e zelava por seus subordinados. O compadrio entre indivíduos de posições hierárquicas distintas era um dos melhores exemplos desta situação. O patrão e os clientes estabeleciam relações não só de trabalho, no sentido restrito, mas de aliança, apoiada em lealdade e solidariedade. Estas ficavam mais explicitadas em momentos de crise individual ou social. Assim, a crítica, e mesmo a eventual condenação do “mau patrão”, era legitimada quando este excedia-se, ao romper mínimas expectativas de reciprocidade. Obviamente, isso não significava tolerância, por exemplo, com rebeliões de escravos, indígenas e camponeses que pudessem ameaçar o *status quo* (VELHO, 1996).

A modernização, particularmente o crescimento das grandes cidades, afetou seriamente este sistema de valores e relações sociais. A expansão da economia de mercado, as migrações, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o florescimento de uma cultura de massas contribuíram para a aceleração dessas transformações. Neste processo, as ideologias individualistas ganharam terreno, diversificou-se o campo de

possibilidades sociocultural e, de um modo geral, multiplicaram-se as alternativas e escolhas de estilos de vida. Sem dúvida, setores populares, categorias oprimidas e diversas minorias passaram a ter maior reconhecimento e presença na sociedade, mesmo que, com frequência, tenham que, por isso, pagar um preço elevado. Assim, a difusão de valores individualistas, em geral, significou um enfraquecimento nas formas tradicionais de dominação, associadas a uma visão de mundo hierarquizante.

Não se trata, portanto, de sentir nostalgia da sociedade tradicional, mas de enfatizar que as mudanças ocorridas no Brasil, assim como em muitos outros lugares do mundo, afetaram, de modo profundo, o universo de valores e, especificamente, as expectativas de reciprocidade. Mesmo nas duas grandes cidades citadas, Rio e São Paulo, há quarenta ou cinquenta anos, as relações interclasses ou, em geral, entre categorias sociais hierarquicamente diferenciadas, eram regidas por padrões de interação mais pacíficos e amistosos, dentro da lógica clientelística. Embora a tensão social, como já foi dito, estivesse sempre presente, inclusive com surtos de violência, tendiam a predominar negociações que diluíam ou afastavam a possibilidade de confronto físico direto. À medida que o individualismo foi assumindo formas mais agonísticas e que a impessoalidade foi, progressivamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos *face to face*, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional, para se tornar uma característica cotidiana.

Este processo não se deu apenas entre as classes, mas de modo dramático, assumiu formas alarmantes dentro das próprias camadas populares. Isto ocorreu, em grande parte, devido ao desenvolvimento de novas formas de criminalidade, sobretudo, o tráfico de drogas. Sabemos que se trata de um fenômeno, por sua própria natureza, de dimensão internacional, com graves repercussões e conseqüências para a sociedade brasileira, especialmente nas grandes metrópoles (VELHO, 1994). Nas favelas, na periferia dos grandes centros urbanos, nos conjuntos habitacionais, surgiram e multiplicaram-se quadrilhas compostas predominantemente por jovens, inclusive adolescentes, que passaram a exercer domínio sobre áreas da cidade. Com isso, põem em xeque uma das competências básicas do Estado moderno que seria o controle de território. Através do tráfico, passaram a ter acesso a armas de todos os tipos, inclusive as mais pesadas, como as utilizadas pelas Forças Armadas, com as quais exercem seu poder e travam verdadeiras guerras com seus

competidores e rivais. O tráfico de armas é de natureza internacional e, embora tenha óbvia relação com os traficantes de droga, segue caminhos próprios e produz ramificações e conseqüências não só para a ação dos chamados bandidos comuns como para organizações de militância político-ideológica, incluindo-se setores terroristas em várias partes do mundo. No caso brasileiro, esses grupos de criminosos passam a dispor de um poder de fogo e potencial bélico inéditos. Assim, os valores tradicionais das camadas populares em que, por exemplo, as gerações mais velhas ocupavam uma posição de maior prestígio, entram em colapso, fazendo com que formas de vida associativa, previamente existentes, sejam colocadas em xeque pela ascensão dos traficantes e seus séquitos (ZALUAR, 1985).

Essas transformações evidenciam um quadro mais geral de desmapeamento que afeta gravemente a sociabilidade, quebrando expectativas mínimas de reciprocidade e solidariedade. A gritante desigualdade social, a cupidez e indiferença dos setores dominantes alimentaram, sem dúvida, o crescente ressentimento social que hoje manifesta-se, de modo agudo, na violência da criminalidade que atinge, sobretudo, a população pobre mais jovem, produzindo um círculo vicioso de vítimas e carrascos. O consumismo da modernidade metropolitana agrava as frustrações, estimulando aspirações e desejos que concorrem, por sua vez, para piorar ainda mais o sentimento e percepção da desigualdade. Há inúmeros relatos de assaltos a residências de camadas médias e elites em que fica evidente o fascínio e desejo de jovens criminosos, pobres, por bens de consumo como roupas, adereços e aparelhos, além da busca mais rotineira por dinheiro, jóias, relógios e armas. Há, para eles, todo um conjunto de itens que compõe um quadro desejável de consumo, em princípio, inviável de obter por meios legais e pelo trabalho. São símbolos de status e objetos de desejo que motivam ações violentas e arriscadas. A brutalidade e a crueldade, freqüentemente exercidas, traduzem de modo gritante essa dimensão de ressentimento e busca de um tipo de vingança, embora sejam também registradas nos confrontos dentro das próprias camadas populares, quando as brigas de gangues podem atingir níveis paroxísticos do que o senso comum entenderia por sadismo e crueldade.

A repressão policial e a ação rotineira da Justiça têm sido impotentes diante do agravamento desse quadro. A política social do poder público, em seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, apesar de alguns avanços, apresenta forte descontinuidade e instabilidade. Isso evidencia-se, de modo insofismável, por exemplo, nas áreas de saúde e

transporte público. Fica-se no pior dos mundos, com a falência de uma hierarquia tradicional, sem que os valores de cidadania democrática se consolidem. A vida urbana torna-se cada vez mais tensa e caótica, gerando ansiedade e insegurança. A recuperação e reinvenção de formas de convívio social terão que passar, necessariamente, por um fortalecimento da vida política no sentido original de *Polis*, em que os cidadãos possam se tornar, efetivamente, cidadãos. Para isso, será necessário conseguir se identificar com o poder público através de uma legitimidade que vá além das formalidades e rotinas burocráticas e da política tradicional. Hoje, nas grandes cidades brasileiras, a democracia, precariamente conquistada, vive um outro tipo de ameaça, diante da desagregação e inconsistência de padrões básicos de convivência social. Nas grandes metrópoles, na sociedade de massas, torna-se prioritário pensar em modos de participação política a partir de bairros, de localidades, de vizinhança e de pequenos grupos, em que a relação direta entre as pessoas seja uma alternativa ao retraimento dos refúgios, dos bunkers e dos condomínios fechados. O caso brasileiro, tão complexo e contraditório, poderia vir a ser exemplar, caso conseguíssemos reconstruir e aprofundar a democracia em um movimento em que a sociedade civil fosse capaz de criar novos pactos e alianças em busca de maior justiça social e maior civilidade cotidiana. Trata-se de buscar, entre uma utopia sociocultural e um realismo político, caminhos e alternativas que pudessem mobilizar, sobretudo, as novas gerações.

* Professor titular de Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Referências bibliográficas

- SCHUTZ, Alfred. 1976. "The well-informed citizen: an essay on the social distribution of knowledge". In: *Collected Papers*. Volume II. The Hague, Martius Nijhoff, 3 v., p. 120-134.
- SIMMEL, Georg. 1971. "The metropolis and mental life". In: LEVINE, Donald (org.) *On Individuality and Social Forms*. Chicago, The University of Chicago Press. P. 340-48.
- VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VELHO, Gilberto. 1996. "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV. P. 11-25.
- ZALUAR, Alba. 1985. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro, Brasiliense.